



PSD p.6

Governo quer desviar verbas do interior para o litoral



Parlamento p.9

Empresa pública para gerir florestas é “ideia caída do céu aos trambolhões”

# Povo Livre



nº 1991

22 de novembro de 2017

Diretor: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
nº 105690 - Propriedade: PSD

## Governo vive para o presente

Pedro Passos Coelho esteve no 3.º Encontro Nacional das Mulheres Social Democratas



3.º Encontro Nacional das Mulheres  
Social Democratas (MSD)

# Governo vive para o presente



O Governo limita-se a “pouco mais fazer do que responder ao imediatismo, à facilidade e ao populismo” e só decide “arrastado e sob pressão”. “Os anos de ‘geringonça’ vão-se sucedendo e pouco faz mais do que responder ao dia a dia”, afirmou Pedro Passos Coelho, referindo-se às últimas decisões do Executivo e ao acordo com os sindicatos dos professores.

Pedro Passos Coelho, que encerrava o 3.º Encontro Nacional das Mulheres Social Democratas, em Lisboa, sábado, 18 de novembro, alertou que, “na política real, das medidas que são tomadas”, um “qualquer observador independente concluiria com muita facilidade que o Governo só decide arrastado e sob pressão, em função das circunstâncias” imediatas.

“Não tem um rumo para o país, não tem uma ideia estratégica para economia, não tem um projeto para o país”, lamentou.

“Quem, em política, se fica pelas abstrações, em regra, condena o país e a sociedade a viver sob o improvisado e a ter de se ajustar à força quando as circunstâncias o impõem”, disse.

Para o presidente do PSD, “um Governo que vive para o presente”, como o que diz acontecer em Portugal com o PS, que tem o apoio dos partidos à esquerda, isso significa que os portugueses terão “menos futuro” ou “um futuro mais curto e menos próspero”.

O líder do PSD criticou ainda o ministro das Finanças por ter “andado distraído” nos últimos dois anos sem alertar para o risco de “um dia as taxas de juros” poderem “evoluir de outra maneira”, com consequências para a situação do país.

Pedro Passos Coelho considera a situação económica do país é melhor do que há dois, quatro, seis ou oito anos, e advertiu que isso só é possível por o Governo anterior, PSD/CDS-PP, que liderou, ter feito “reformas muito importantes” e por se “viver uma conjuntura externa muito favorável”.

Como a política de “taxas de juro baixas” não é eterna e porque “não é possível



manter a política de dinheiro barato” do Banco Central Europeu (BCE), Passos advertiu para os riscos políticos da atual estratégia e sentenciou: “Este paradigma de estar a estimular o crescimento da economia à custa da política monetária tem os dias contados.”

### Diminuir as desigualdades entre homens e mulheres

Frente a uma plateia de mulheres, Pedro Passos Coelho recordou o trabalho, a favor da igualdade de género, feito pelo Governo PSD/CDS, nomeadamente a legislação sobre a necessidade de haver mais mulheres nas empresas do PSI20 e nos cargos da administração pública.

Pedro Passos Coelho destacou a importância de “fazer com que os órgãos internos do PSD possam ter maior participação de mulheres. “Precisamos de promover a participação das mulheres nos órgãos internos do PSD, independentemente das MSD. Isso passa por alterações estatutárias que espero que possam vir a ser introduzidas” no próximo Congresso, que se realiza entre 16 e 18 de fevereiro, em Lisboa. E, por isso, “ofereceu” a sua assinatura, “como militante”, para apoiar uma moção ao congresso de fevereiro de 2018 para aumentar a participação de mulheres nos órgãos nacionais do PSD.

Lina Lopes, líder das MSD, elogiou Passos Coelho



enquanto primeiro-ministro e disse que este não foi um “jantar de despedida”, mas sim uma homenagem, dado que Pedro Passos Coelho “ainda tem muito a dar ao PSD e ao país”.

### Um orçamento desfasado da realidade

O Governo não está a aproveitar a conjuntura favorável para fazer reformas. O Orçamento do Estado ignora medidas para promover o crescimento, a produtividade e a economia. Portugal irá continuar a divergir dos parceiros da União Europeia. O défice estrutural irá apenas reduzir 0,3% do PIB.

Na sexta-feira, na audição ao ministro das Finanças, no parlamento, Duarte Pacheco deu voz aos riscos apontados pelo Conselho de Finanças Públicas relativamente ao Orçamento do Estado para 2018. O deputado social-democrata lamenta que estejamos perante um documento desfasado da realidade. “Este Orçamento só pensa no presente, não acautela o futuro, não é verdadeiro, tem medidas erradas e esquece o País real”, referiu.



A desorçamentação, o recurso a cativações e a medidas não quantificadas caracterizam um Orçamento de manipulação. “Martelam-se os números para dar os resultados que se pretende”, apontou.

“Com os dados mais recentes do INE, voltamos a divergir da União Europeia. Para citar um camarada, o Prof. Vital Moreira, breve foi a ilusão socialista com a política ornamental seguida”, acrescentou o deputado.

Duarte Pacheco considera que se trata de um Orçamento com medidas erradas, que esquece o País real. São disso prova a carga fiscal no regime simplificado para os recibos verdes, o agravamento do IRC para as empresas, o favorecimento do litoral em detrimento do interior, o agravamento do défice da segurança social (não acautelando a sua sustentabilidade), o esquecimento de medidas para apoiar as famílias afetadas pelos incêndios, o reforço de dotações para os gabinetes ministeriais e a contínua degradação dos serviços públicos (transportes, escolas, hospitais e proteção civil).



Portugal 2020

# Governo quer desviar verbas do interior para o litoral

O PSD exige que os fundos de coesão não sejam desviados para financiar projetos das regiões mais desenvolvidas. É que o Governo prepara-se para reformular os fundos de Bruxelas, desviando os reembolsos das obras do interior para o litoral do País, mas o respeito pelos compromissos do Portugal 2020, implica garantir a convergência económica e a redução das assimetrias regionais.

Os parlamentares do PSD querem explicações do ministro do Planeamento e das Infraestruturas sobre a recente alteração do Regulamento de Gestão dos Reembolsos dos Sistemas de Incentivos do QREN.

“Para o PSD, o essencial é garantir que não há desvios nos reembolsos e, assim, salvaguardar que não há perda de fundos para as regiões mais pobres e menos desenvolvidas em favor do desenvolvimento das regiões mais desenvolvidas”, afirma António Costa Silva, deputado do PSD.

Algumas notícias dão conta da intenção camuflada do Governo de canalizar para o litoral, nomeadamente para as grandes cidades, verbas inicialmente destinadas ao desenvolvimento das regiões mais atrasadas.

Num ano marcado pela ocorrência de tragédias motivadas pelo abandono das regiões mais desfavorecidas, o PSD pede por isso explicações sobre os critérios na utilização dos reembolsos do QREN, que podem prejudicar sobretudo o interior.



## As perguntas do PSD

1. **Assegura que os reembolsos provenientes de projetos apoiados com financiamento comunitário vão ser reafectados pelas autoridades de gestão dos programas operacionais donde são provenientes e utilizados para os mesmos fins?**
2. **Garante que os reembolsos provenientes de projetos localizados nas regiões menos desenvolvidas (regiões de convergência) não vão ser, por mero despacho, desviados para financiar projetos do Portugal 2020 localizados nas regiões desenvolvidas?**

# Fernando Ruas questiona Comissão Europeia sobre seca

O eurodeputado do PSD, Fernando Ruas, em pergunta escrita, com carácter prioritário, à Comissão Europeia questiona “as estratégias, políticas ou ações concretas que estão em curso ou previstas, em particular nos Estados Membros mais afetados, para o combate aos fenómenos de seca e de escassez de águas no Sul da Europa.” O deputado europeu interroga a Comissão se equaciona “adotar medidas extraordinárias para minimizar os impactos destes fenómenos climáticos”.

Fernando Ruas recorda que o que está em causa “é um universo geográfico onde vivem 130 milhões de habitantes – o que equivale a cerca de 30% da população da UE.

Portugal está, atualmente, com 75% do seu território em seca extrema e 25 % em seca severa, sendo as regiões mais deprimidas e do interior as mais afetadas.

Para Fernando Ruas, “trata-se de um cenário negro, que regista dados preocupantes, estimando-se que, nos próximos anos, estes fenómenos climáticos sejam cada vez mais graves e recorrentes, com particular incidência nestas regiões de baixa densidade e de fracos recursos”.

O eurodeputado considera importante avaliar o impacto económico destes fenómenos climáticos, pelo que “é urgente que as Instituições Europeias, os Estados-Membros e as partes interessadas adotem estratégias adequadas de longo prazo, para o uso eficiente da água, particularmente, a nível local e regional”.



# Enceramento de delegação do Porto da CMVM é tique centralizador do PS



Encerrar a delegação do Porto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) é inaceitável e contradiz o discurso segundo o qual “o PS é o motor da descentralização”. Esta decisão, com conhecimento do Governo, demonstra mais um sinal da concentração institucional dos organismos públicos em Lisboa.

Numa interpelação apresentada na Assembleia da República, 14 deputados social-democratas exigem, por isso, saber se o ministro das Finanças “foi previamente informado” da deliberação, “qual a posição da tutela” e se “está prevista uma alteração dos estatutos” da entidade.

O PSD quer explicações sobre se a “decisão do regulador do mercado de capitais se terá ficado a dever-se ao facto de grande parte dos serviços aí realizados serem já centralizados

na capital, isto não obstante várias empresas portuguesas, cotadas em Bolsa, terem sede social na região do Porto”.

Por sua vez, o vereador Álvaro Almeida, numa reunião da Câmara Municipal, revelou que a CMVM “decidiu fechar a delegação do Porto, o que é um ato ilegal, porque viola os seus estatutos”. Álvaro Almeida enviou uma carta à presidente da CMVM para saber “qual o ganho de eficiência resultante da concentração em Lisboa de todos os serviços” daquele organismo.

Também a Comissão Distrital do PSD/Porto classifica de “injusto e absolutamente inaceitável” o encerramento da delegação e desafiou o Governo a “quebrar o silêncio com que tem ignorado” a região. Para a Distrital do PSD, esta orientação constitui “um erro político e um retrocesso

no desenvolvimento da sociedade, colidindo com o que se pratica nos países mais desenvolvidos”.

A Comissão Política Distrital do PSD/Porto pergunta se “foram auscultadas as empresas e as centenas de milhares de trabalhadores das várias empresas do PSI20 sedeadas no Norte”, nomeadamente “a Sonae, Navigator Group, Mota-Engil, a Vista Alegre ou a Toyota Caetano”.

A CMVM é uma pessoa coletiva de direito público responsável por “supervisionar e regular os mercados de instrumentos financeiros, assim como os agentes que neles atuam”. Faz parte do Sistema Europeu de Supervisores Financeiros.

## PSD corrige erro de delimitação territorial em Ponte da Barca

O apresentou um projeto de lei no parlamento com vista à retificação dos limites territoriais da freguesia de Boivães e a União das Freguesias de Crasto, Ruivos e Grovelas, do concelho de Ponte da Barca (distrito de Viana do Castelo).

Emília Cerqueira, deputada social-democrata, justificou o propósito da iniciativa: “pôr termo a um conflito administrativo decorrente de um erro proveniente da realização dos CENSOS de 2011 e que residia na incerteza dos limites da freguesia de Ruivos com a freguesia de Boivães”.

A deputada sublinha que “aquando da colocação da toponímia da freguesia de Ruivos, esta foi colocada em várias parcelas do território da freguesia de Boivães, pelo que em tempo oportuno as duas autarquias entenderam que tal lapso deveria ser corrigido”.

A divisão administrativa do território é uma matéria exclusiva da Assembleia da República e os deputados social-democratas quiseram avançar com uma solução que fosse ao encontro da vontade manifestada pelos decisores locais. A correção da delimitação administrativa mereceu a aprovação por unanimidade dos órgãos competentes (Assembleias de Freguesia de Boivães e de Ruivos e Assembleia Municipal de Ponte da Barca).

A solução preconizada pelo PSD e vertida em projeto de lei segue também as recomendações e pareceres da Direção-Geral do Território (DGT), em articulação com o trabalho de campo realizado por técnicos da Câmara Municipal de Ponte da Barca e representantes das duas Juntas de Freguesia.

# Joaquim Cabrita Neto

(1940-2017)

O antigo governador civil de Faro e deputado do PSD à Assembleia da República durante várias legislaturas, Cabrita Neto, faleceu na segunda-feira, 13 de novembro de 2017, aos 77 anos.

Joaquim Manuel Cabrita Neto nasceu em 22 de setembro de 1940, era casado e pai de 2 filhos. Foi administrador de empresas, presidente da Comissão Regional de Turismo do Algarve (CRTA) entre 1976 e 1979. Nesse mesmo ano foi eleito deputado à Assembleia da República, tendo sido reeleito em 1980, 1985 e 1991. Em dezembro de 1985, foi nomeado governador-civil do Algarve. Na qualidade de deputado, fez parte, como membro efetivo, da Delegação Parlamentar da EFTA.

Foi ainda eleito secretário da Junta de Freguesia de S.B. de Messines e vereador da Câmara Municipal de Silves, presidente da Comissão Política de Secção de Albufeira, vogal da Comissão Política Distrital de Faro do PSD e membro do Conselho Nacional do PSD. Foi igualmente membro da Comissão Instaladora da Universidade do Algarve, vice-presidente da Federação Internacional de Hotelaria, presidente da Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve (AIHSA), presidente da Associação de Bombeiros Voluntários de S.B. Messines e presidente da Assembleia-Geral do Sporting Clube Farense.

Tirou um curso de Gestão e Administração de Empresas pela London School of Economics, publicou dezenas de artigos em revistas nacionais e estrangeiras. Foi durante dois anos autor e produtor de um programa semanal de turismo na RTP.

A Região de Turismo do Algarve (RTA) lamentou o falecimento de Cabrita Neto, tendo sido presidente. Em comunicado, o presidente da RTA, Desidério Silva, lembrou que Cabrita Neto “liderou os destinos do turismo algarvio no período conturbado do pós-revolução de abril, momento ainda marcado por alguma convulsão económica e social”. Foi durante o seu mandato no Turismo do Algarve que surgiram eventos como o Cross das Amendoeiras, que ainda hoje se realiza, o Festival de Música, o Festival Nacional de Folclore ou o Festival da Cerveja, iniciativas que partiram da sua “convicção em torno da necessidade de criar uma política de animação que inscrevesse a região no calendário de eventos nacional”.

“Não será exagerado dizer que Cabrita Neto foi dos mais carismáticos dirigentes políticos da região e dos maiores responsáveis pela evolução histórica positiva do Turismo do Algarve”, refere o presidente da RTA, notando que “a vida das grandes personalidades se confunde com a do tempo histórico que viveram”.

Em 2003, Joaquim Cabrita Neto recebeu a medalha de ouro do Turismo e, em 2016, o diploma de mérito, atribuídos pela RTA.



## Já está disponível o “site” do XXXVII Congresso

Já está disponível para consulta a página da Internet do XXXVII Congresso Nacional do PSD. A reunião magna tem lugar no Centro de Congressos de Lisboa, em Lisboa, nos dias 16, 17 e 18 de fevereiro de 2018.

No “website” [www.congressopsd.com](http://www.congressopsd.com) está disponível informação útil, como o regulamento da eleição do presidente da Comissão Política Nacional e do Congresso Nacional. Encontra-se ainda o cronograma relativo aos dois momentos, contendo datas como o prazo limite para o pagamento de quotas pelos militantes: 15 de dezembro de 2017.

Estão igualmente acessíveis minutas para a apresentação de propostas de alteração estatutária e de proposta temática. As campanhas podem também consultar o manual de prestação de contas, assim como todos os documentos necessários para apresentar as candidaturas à presidência da Comissão Política Nacional e respetiva composição, as listas da Mesa do Congresso e para outros órgãos do Partido como o Conselho de Jurisdição Nacional e a Comissão Nacional de Auditoria Financeira.

Ficarão disponíveis na página do Congresso Nacional os documentos que serão recebidos de acordo com o cronograma publicado: no dia 7 de fevereiro de 2018 serão publicadas as propostas temáticas e de alteração estatutária, assim como as listas definitivas de delegados e de participantes.

O Congresso Nacional decorrerá na sequência das eleições diretas para a liderança do PSD, que se realizam em 13 de janeiro de 2018.



Hugo Soares esteve nos concelhos atingidos pelos incêndios de 15 de outubro

# Empresa pública para gerir florestas é “ideia caída do céu aos trambolhões”

Um mês depois da tragédia que assolou Portugal, o grupo parlamentar do PSD visitou, no dia 15, as regiões afetadas pelos incêndios. Hugo Soares criticou a “descoordenação e incompetência” do Governo, alertou que as medidas a adotar devem ser, devidamente, ponderadas e lembrou que existe o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, quando o Executivo avança com a intenção de criar mais uma empresa pública.

“Era importante que os portugueses pudessem saber, também nos fogos de 15 de outubro, o que é aconteceu, porque falharam os meios de combate e a prevenção”, afirmou Hugo Soares, durante a visita do grupo parlamentar do PSD, ao Pinhal de Leiria.



Na próxima Conferência de Líderes, PSD e CDS-PP irão desafiar o presidente da Assembleia da República, “para que seja abordada a Comissão Técnica Independente (CTI) e se perceba a sua disponibilidade para fazer um estudo” sobre os incêndios de outubro.

“Faz hoje um mês desde a tragédia de 15 de outubro”, lembrou o líder da bancada social-democrata. “Queríamos, com a nossa presença no terreno, assinalar que o grupo parlamentar não esquecerá o que aconteceu, estas pessoas, as famílias e as instituições que, agora, terão a responsabilidade de tentar minorar os efeitos que perdurarão no tempo e precisam, urgentemente, ter soluções”, explicou.

“O Pinhal de Leiria foi sempre um exemplo para todos”, referiu para, logo, assinalar: “mais do que um problema de floresta e de ordenamento, a tragédia que assolou o País deve-se à descoordenação e incompetência do Governo”.

Hugo Soares assegurou que “o PSD vai continuar a estar na linha da frente da



procura de soluções, mas também no escrutínio do Governo e da denúncia do que correu, manifestamente, mal". Reforçou, assim, que os incêndios registados representam "um falhanço total do Estado, por força da incompetência do Governo".

Defendendo que as medidas a adotar devem ser ponderadas, o presidente da bancada social-democrata lembrou que o PSD foi "o primeiro a apresentar um projeto de resolução que recomendava que possa haver, rapidamente, um plano de reflorestação" do Pinhal de Leiria. "É urgente, prioritário e deve ser feito", disse. "Era uma mata pública, pinhal e não eucalipto (como as forças de esquerda gostam tanto dizer que é o mal de todos os incêndios)", esclareceu, reiterando que, "é importante que o Estado, naquilo que é dele possa ter um papel de preservação e de promoção daquilo que é o nosso património".

Questionado sobre a informação da criação de uma empresa pública para gerir as florestas, o presidente do grupo parlamentar afirmou que "não se sabe coisa nenhuma sobre isso", tendo a ideia surgido "em sede de audição" como que "caída do céu aos trambolhões". "Não há nada no Orçamento do Estado (OE) que a faça prever, não há recursos, dinheiro ou meios", denunciou. "Parece-me uma ideia bem típica do Partido Socialista", criticou, classificando-a



de "ilusionista" e referindo que parece tratar-se de "mais um empresa pública", como forma de solucionar os problemas.

O líder parlamentar do PSD classificou a intenção de constituir uma empresa pública para as florestas como "ilusionista", argumentando que pretende criar a ilusão às pessoas de que "com uma proposta caída do céu podem resolver qualquer tipo de problema".

"O que é que vão fazer ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)?", questionou Hugo Soares, alertando que esta pergunta deveria ser feita ao próprio primeiro-ministro. "Vão extingui-lo?", continuou. "Estão a dizer que foi o instituto, que existe, que não fez o trabalho que devia ter sido feito?", acrescentou, salientando que o ICNF alertou, quem de direito, para os "riscos que havia naquele fim de semana e nada aconteceu". Por isso, afirmou: "O Governo continua a empurrar com a barriga aquilo que são as soluções verdadeiras que devia implementar no terreno".

O ICNF "não tem meios, não tem recursos, ainda hoje pudemos testemunhar isso no terreno, e vão extingui-lo para pôr os meios que não existem na tal em-





presa pública? Estão a dizer que foi o Instituto que hoje existe que não fez o trabalho que devia ser feito? Ainda hoje tivemos oportunidade de testemunhar que [o ICNF] está a fazer aquilo que é possível, que teve ocasião em vésperas de 15 de outubro de avisar quem tinha de avisar dos riscos que havia para aquele fim-de-semana e nada aconteceu”, declarou Hugo Soares.

### Propostas de alteração Orçamento vão “ao encontro das reais necessidades das populações”

“Queríamos pedir ao Governo que seja expedito nas respostas, mas também que possa acolher as sugestões do PSD”, afirmou Hugo Soares em Tondela. Referia-se às propostas de alteração ao Orçamento do Estado (OE) apresentadas na semana passada, mais concretamente às relativas ao apoio aos territórios afetados pelos incêndios.

“Que seja capaz de olhar para as propostas pelo seu mérito e não numa lógica de partidarite, tentando, sempre numa frente de esquerda, chumbar as propostas do maior partido da oposição”, acrescentou. “Aproveitar” este trabalho do PSD é ir “ao encontro das reais necessidades das populações”, esclareceu.



# Iniciativas legislativas apresentadas pelo PSD para minorar os efeitos dos incêndios

Quando se assinala um mês da ocorrência dos incêndios de 15 de outubro, o PSD traça as linhas das principais iniciativas legislativas que apresentou no parlamento. São cinco diplomas que tiveram por objetivo minorar as consequências da tragédia que afetou populações e empresas. O PSD propôs uma Nova Política Florestal, a criação de corpos de bombeiros profissionais em todo o País, a contratação por concurso dos dirigentes da Autoridade Nacional de Proteção Civil, o apoio às empresas e a reconstrução das habitações.

## Nova Política Florestal Nacional

Na sequência dos incêndios florestais do ano passado, o Governo avançou com algumas medidas isoladas, a que designou de “reforma florestal”, sem atender aos desafios da interioridade e às exigências da floresta nacional. Ora, o ano de 2017 confirmou que as opções do Executivo têm sido incorretas.

Os deputados do PSD recomendaram ao Governo que solicite ao Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) a elaboração um plano de reflorestação para todas as regiões atingidas pelos incêndios florestais. Esse plano deve respeitar os princípios do Plano Regional de Ordenamento Florestal e a Estratégia Nacional para a Floresta. Inclui a plantação de espécies de crescimento lento (os produtores que optem por esta solução teriam acesso a apoios do Estado).

## Criação de equipas de bombeiros profissionais

O Relatório da Comissão Técnica Independente (CTI), sobre os incêndios do verão, apontara falhas graves no

sistema de proteção civil, em especial ao nível do alerta precoce e na cadeia de comando. Outra recomendação referia-se ao reforço progressivo do grau de profissionalização dos operacionais. O grupo parlamentar social-democrata preconiza a criação de uma rede nacional de proteção e socorro através da constituição de Equipas de Intervenção Permanente (EIP) de bombeiros profissionais, em todos os corpos de Bombeiros detidos por Associações Humanitárias de Bombeiros e Câmaras Municipais. Por outro lado, recomenda compensações monetárias para os Bombeiros Voluntários, integrados sazonalmente nos Dispositivos Especiais. O projeto de lei do PSD deu entrada no dia 10 de novembro.

## Procedimento concursal para o recrutamento dos cargos dirigentes da ANPC

Os dirigentes da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) devem ser exclusivamente recrutados por concurso. O projeto de lei apresentado pelos deputados social-democratas propõe que os dirigentes da ANPC sejam “contratados”, demonstrando qualificação académica, competências, experiência adequada ao exercício das funções e por razões de mérito. Devem submeter-se às regras de seleção de dirigentes superiores previstas no estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado. Os deputados do PSD seguiram, também, a recomendação expressa pela Comissão Técnica Independente.

## Medidas de apoio às empresas

Para o PSD, a retoma da atividade económica nos concelhos atingidos pelos incêndios é uma preocupação

imediate. Estão em causa centenas de postos de trabalho de empresas localizadas em regiões economicamente já de si muito expostas (localização geográfica e infraestruturas débeis). Os deputados do PSD defendem a criação do Garantia PME, programa que prevê a atribuição até ao montante máximo de apoio de 2,5 milhões de euros por empresa; e o Programa para a Reconstrução das Empresas (Reconstrói), que concede empréstimos de médio e longo prazo, até 10 anos, sujeitos a período de carência de 3 anos, com eventual isenção de pagamento de juros. O PSD sugere a introdução de uma Via Verde para efeitos de apresentação e de análise de candidaturas aos Programas Operacionais financiados pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI); à instauração de um Programa de Animação e Desenvolvimento Local (PDAL), destinado a fomentar o estabelecimento de parcerias entre entidades públicas e privadas; e à implementação do ALDEIA, programa centrado na reconstrução das aldeias ou de redes de aldeias rurais afetadas pelos fogos.

## Programa de reconstrução das habitações

Centenas de famílias portuguesas estão privadas das suas casas, perdendo um património que levou anos a conquistar. Nesse âmbito, o PSD considera oportuno a criação do programa nacional centrado na recuperação do parque habitacional (PNAVIPH 2017). Os apoios atribuídos pelo PNAVIPH 2017 podem ser apoios financeiros ou em espécie (materiais de construção). Seriam abrangidos os particulares proprietários, usufrutuários ou arrendatários que procedessem à construção, reconstrução, alteração ou conservação das habitações próprias e secundárias danificadas pelos incêndios.

Orçamento do Estado de 2018

# Corrigir “erros grosseiros” para famílias e empresas



Corrigir “erros grosseiros” deste Executivo, como a “voracidade” fiscal aos profissionais por conta própria, retomar a reforma do IRC, incentivar o investimento, promover as exportações e a poupança das famílias. Regularizar dívidas do Estado e consolidar as pensões dos portugueses estão entre as propostas apresentadas

“É um mau orçamento, que faz opções políticas erradas”, afirmou na terça-feira, 14 de novembro, a vice-presidente do PSD, Maria Luís Albuquerque, justificando a necessidade de apresentar propostas alternativas. “Não permite a Portugal aproveitar um conjunto de circunstâncias manifestamente favoráveis”, disse, referindo que o PSD apresenta propostas para as famílias e a natalidade, as empresas, os jovens, os idosos, a coesão territorial, os emigrantes, os trabalhadores independentes e, por exemplo, a precariedade na Administração Pública ou cativações orçamentais (veja abaixo).

As propostas dividem-se em quatro áreas que procuram “promover um crescimento sustentado”, da economia, “pelo investimento, poupança e exportações”. Ou, ainda, dar condições “melhores para as pessoas (Segurança Social, Família, Juventude, Envelhecimento e Emigrantes)”. A terceira área prende-se com a “coesão territorial”, sendo essencial “corrigir erros grosseiros do atual Governo e deste Orçamento do Estado”.

O Orçamento apresenta “erros” na “conceção e definição de políticas que são impossíveis de alterar”. Contudo, para o PSD “há um conjunto de matérias que deve ser objeto de propostas de alteração para mitigar os efeitos mais negativos e para corrigir alguns erros clamorosos”. Saliu a preocupação do PSD com, por exemplo, a “voracidade fiscal” que se encontra neste OE. “Acreditamos que a criação de riqueza vem, essencialmente, das empresas e da iniciativa privada, não podemos sufocar nem as pessoas, nem as empresas com impostos para conseguir continuar a alimentar um peso crescente do Estado”.

Maria Luís Albuquerque elencou, assim, preocupações do PSD que estiveram na origem de propostas como “a retoma da reforma do IRC”, na linha do que fora acordado entre o anterior governo e o PS, mas que este Executivo “abandonou”. “É fundamental dar um sinal de incentivo à poupança”, disse, acrescentando mais tarde que é preocupante que “este Governo tenha abandonado metas e objetivos para as exportações”, pelo que defendeu que devem ser reunidos “esforços” para a sua promoção.

“Lamentavelmente, os pagamentos em atraso voltaram a crescer”, disse a vice-presidente do PSD, informando que propõem que o “Estado seja um bom pagador”, mediante a criação de um “programa para regularização dos pagamentos em atraso”. Assinalou, ainda, a importância de que, na execução do Portugal 2020, o Governo não “retire verbas de áreas de con-

vergência para aplicar nas grandes cidades”, a fim de que o que for destinado ao interior ou às empresas não seja desviado para outros projetos.

## “Governo não está preocupado com a coesão social e territorial”

António Leitão Amaro destacou, por sua vez, que “este orçamento tem sido muito criticado” por vários setores da sociedade. “Não traz nada para as empresas, não faz nada pela criação de riqueza”, afirmou, acrescentando que “este Governo não está preocupado com a coesão social e territorial”. Foi neste sentido que o PSD quis apresentar “propostas ponderadas, prudentes e graduais” que, nas suas palavras, “marcam a diferença da governação”, por terem sido desenvolvidas numa lógica “de estratégia para o País”.

Saliendo uma “preocupação antiga do PSD”, o vice-presidente do grupo parlamentar disse esperar que “o Governo não venha, em 2018, invocar exceções para reforçar” a Segurança Social. “Se diz que a conjuntura económica é favorável, é tempo de a transferência ser feita para o Fundo de Estabilização da Segurança Social”, clarificou, explicando que se trata de uma medida “destinada a proteger as poupanças e as pensões dos portugueses”.

# Duarte Freitas propõe Apoio Energético Solidário

O PSD/Açores propõe a comparticipação de uma percentagem das despesas com eletricidade das instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e misericórdias. Trata-se de uma iniciativa que Duarte Freitas designa de Apoio Energético Solidário.

“Estamos a desenhar um programa, que vamos apresentar no âmbito da discussão orçamental – o apoio energético solidário – que se destina às misericórdias e às IPSS, para apoiar numa determinada percentagem os consumos energéticos”, disse Duarte Freitas, em declarações no final de uma reunião com o presidente da União Regional de Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores (URIPSSA), Praia da Vitória, ilha Terceira, dia 14 de novembro.

Segundo Duarte Freitas, a iniciativa pretende dar resposta às dificuldades financeiras das instituições, mas tem também uma responsabilidade ambiental.

“Prevê não só um apoio de uma percentagem da fatura energética, mas também, com referência a 2016, haver majorações para aquelas entidades que provem eficiência energética”, apontou.

Duarte Freitas enalteceu ainda o “grande trabalho” feito pelas IPSS nos Açores, nomeadamente no apoio “aos que mais sofrem”, e a importância que a economia social e solidária têm no desenvolvimento da Região.

“Nos Açores há cerca de 240 instituições de solidariedade social. Estas empregam mais de quatro mil pessoas e prestam serviço a cerca de 30 mil açorianos. Estes números mostram bem a importância da IPSS na Região”, revelou.

O Plano e Orçamento da Região dos Açores para 2018 serão discutidos e votados entre 28 e 30 de novembro, na Assembleia Legislativa.



## Base das Lajes

# Declarações contraditórias entre governos central e regional

O presidente do PSD/Açores considera que há uma “dissonância grave” entre as declarações do ministro dos Negócios Estrangeiros e do presidente do Governo Regional em relação à base das Lajes. “Eu gostaria de fazer um comentário em nome do PSD/Açores sobre a dissonância grave que existiu hoje entre aquilo que foram as afirmações do ministro Santos Silva e aquilo que foram as afirmações do doutor Vasco Cordeiro. É grave, porque este é um assunto de Estado, da maior importância para Portugal e para os Açores”, declarou Duarte Freitas.

Duarte Freitas sublinha que “haver dois representantes a este nível do Estado português com afirmações tão díspares não deixa de ser preocupante”.

Na quarta-feira, dia 15, o ministro dos Negócios Estrangeiros anunciou que o orçamento da Defesa dos Estados Unidos da América (EUA) recomenda ao Pentágono que analise “usos adicionais para a presença militar” norte-americana na base das Lajes, nos Açores.

O líder regional do PSD salientou ser fundamental que os dois executivos “se sintonizem de novo relativamente nesta matéria, mas tão ou mais importante que isso”, é que “o Governo Regional, também dentro da sua própria estrutura, esteja sintonizado”.

Para Duarte Freitas, “não pode um membro do Governo dos Açores andar a oferecer casas que são dos americanos para projetos na ilha Terceira” quando é do conhecimento dos dois governos que “as casas dos americanos - que já quiseram entregar a Portugal várias vezes e que nunca foram aceites e bem – são talvez uma das principais mais-valias” que a região tem para “garantir alternativas futuras para a base”.

Duarte Freitas refere-se a um vídeo promocional do projeto “Terceira Tech Island”, onde surge o vice-presidente do Governo Regional, Sérgio Ávila, a anunciar que a ilha tem cerca de 400 casas para disponibilizar.

O presidente do PSD/Açores considera que o chefe da diplomacia portuguesa “já demonstrou muita ligeireza” sobre as Lajes, exemplificando com o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira (PREIT), para reduzir o impacto socioeconómico da saída norte-americana das Lajes, quando disse que o documento “nada valia”. que isso”, é que “o Governo Regional, também dentro da sua própria estrutura, esteja sintonizado”.

Para Duarte Freitas, “não pode um membro do Governo dos Açores andar a oferecer casas que são dos americanos para projetos na ilha Terceira” quando é do conhecimento dos dois governos que “as casas dos americanos - que já quiseram entregar a Portugal várias vezes e que nunca foram aceites e bem – são talvez uma das principais mais-valias” que a região tem para “garantir alternativas futuras para a base”.

Duarte Freitas refere-se a um vídeo promocional do projeto “Terceira Tech Island”, onde surge o vice-presidente do Governo Regional, Sérgio Ávila, a anunciar que a ilha tem cerca de 400 casas para disponibilizar.

O presidente do PSD/Açores considera que o chefe da diplomacia portuguesa “já demonstrou muita ligeireza” sobre as Lajes, exemplificando com o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira (PREIT), para reduzir o impacto socioeconómico da saída norte-americana das Lajes, quando disse que o documento “nada valia”.

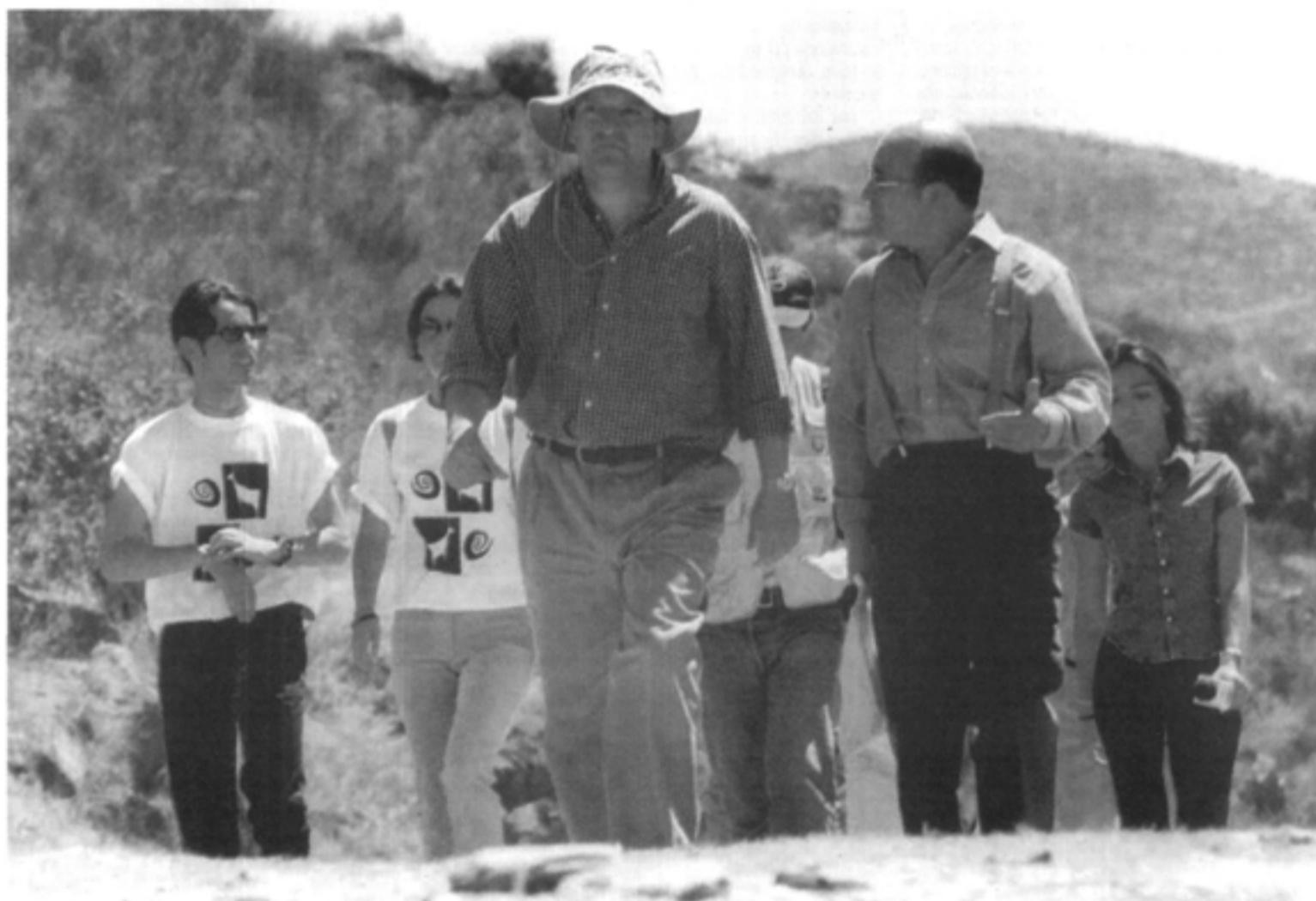
# POVO LIVRE

Directora: Maria Eduarda Azevedo

Internet: www.psd.pt - E-Mail: psd@mail.telepac.pt

“Já tem o Portugal que quer ?”

## Durão Barroso termina volta e apresenta proposta contra a desertificação



páginas 3 a 9

“Promessas, Promessas, Promessas...”

## PSD edita livro para denunciar o que o Governo não cumpriu

página 9

Edição n.º 1193 do “Povo Livre”, de 28 de julho de 1999. Manchetes: “Já tem o Portugal que quer?” Durão Barroso termina volta e apresenta proposta contra a desertificação”. Maria Eduarda Azevedo era a diretora do “Povo Livre”.



# Descongelamento de carreiras e sustentabilidade orçamental

Pedro Passos Coelho (\*)

A abordagem que o Governo tem adotado a propósito do descongelamento das carreiras na Administração Pública é bem paradigmática das contradições e do cinismo político da maioria que governa o País.

A primeira peça cínica emerge logo com o anúncio do descongelamento. Já vi referida na comunicação social a ideia de que o avanço do descongelamento de carreiras na função pública tem sido apresentado pelo Governo como uma sua vitória e a última das grandes reversões de medidas de austeridade do anterior Executivo liderado pelo PSD. Já se percebe por que razão refiro peça cínica: é que a medida que determinou o congelamento das carreiras foi tomada pelo Partido Socialista, no tempo do Governo chefiado por José Sócrates. Tal como em muitos outros domínios, o Partido Socialista quer também aqui apagar a responsabilidade pelas decisões que tomou quando as finanças públicas deixaram de permitir veleidades populistas, neste caso a decisão que então tomou de congelar as valorizações remuneratórias e as progressões de carreiras. E vale-se, para este efeito, do facto de elas terem permanecido congeladas durante o período em que chefie o Governo para fazer crer aos cidadãos que nada teve que ver com a situação criada, antes dando a entender que ela foi herdada do Governo que o antecedeu. Mas a verdade é que o congelamento já vinha de trás e continuou nestes dois anos, com o apoio do Bloco de Esquerda, do Partido Comunista Português e do Partido Ecologista Os Verdes.

Por outro lado, o Partido Socialista anunciou que o descongelamento ocorreria a partir de 2018, mas acrescentou que os efeitos completos, em termos de progressões efetivas associadas, poderiam ter de produzir-se ao longo de mais de um ano. Quer dizer, sugeriu que o impacto financeiro da decisão poderia obrigar a um certo desfasamento na produção de efeitos na progressão de carreiras. Deste modo, deixou criar a dúvida na opinião pública daquilo que o descongelamento poderia exatamente significar. De facto, ao considerar que o processo poderia ter de desenvolver-se em mais do que um ano, os socialistas alimentaram potenciais equívocos e falsas expectativas quanto ao descongelamento de carreiras. Se, como menciona agora o Primeiro Ministro, se tratava apenas de pôr “o cronómetro a contar”, a medida entrava em vigor em 2018 e os seus efeitos seriam imediatos e não se percebe por que razão haveria de carecer este processo de um desenvolvimento por período mais alargado. A verdade, no entanto, é outra: o Partido Socialista quis alimentar o equívoco de como o tempo de congelamento das progressões seria contado para futuro, apenas para não ter de clarificar que foi o próprio Governo socialista em 2010 que determinou no Orçamento do Estado que esse tempo não contaria para futuro, quando as progressões fossem retomadas!

Aqui chegados, vale a pena ser preciso nesta matéria: no OE de 2011, o Governo de então do Partido Socialista deixou claro (nº 9 do artigo 24º da Lei do Orçamento) que «o tempo de serviço prestado (...) não é contado para efeitos de promoção e progressão, em todas as carreiras, cargos e, ou, categorias, incluindo as integradas em corpos especiais, bem como para efeitos de mudanças de posição remuneratória ou categoria nos casos em que estas dependam do decurso de determinado período de prestação de serviço legalmente estabelecido para o efeito».

Esta norma orçamental está em vigor desde o tempo do Governo socialista em 2011 e perdura até este ano, por transposição assumida pelo atual Governo e com o apoio do BE, do PCP e do PEV. Ou seja, o PS em 2010, quando propôs a norma orçamental ao Parlamento, tal como em 2016 e 2017, não quis que esse tempo decorrido durante o congelamento contasse para futuro, mas nunca o quis assumir com transparência apenas para que não se percebesse que a norma era da sua própria autoria.

Naturalmente, não está em causa que o PS mude de opinião e possa agora propor que, afinal, esse tempo passe a contar, se bem que não se perceba ainda até que ponto contará. Percebe-se que o Governo o faz, no entanto, por pressão dos sindicatos e dos seus parceiros no Parlamento. Porém, parece evidente que, a ser assim, o tempo que se reporte ao período de congelamento tem de contar para todas as carreiras e não apenas para algumas, especiais ou não. E isso, independentemente da bondade da medida, terá de ser sujeito a um juízo de comportabilidade orçamental. E eis que parece, de repente, que o Governo e o PS parecem estar preocupados com isso. Grande contradição, pois.

Até aqui os socialistas e a geringonça não se preocuparam nada em andar a utilizar toda a margem orçamental propiciada pelo ciclo económico mais favorável para distribuir em nova despesa permanente, conquanto isso lhes permitisse dizer que fecharam a austeridade do anterior Governo e que conseguiram conciliar milagrosamente nova despesa com o crescimento económico sem agravar o défice. Deste modo, não se preocupam nada em que, nestes dois anos, a recuperação de rendimentos possa ter ocorrido a uma velocidade maior à custa do desinvestimento no ensino básico (em 2016 quase menos 66% do que em 2015), na saúde (menos 29% no mesmo período) ou na ciência e ensino superior (menos 48%) e da desqualificação destas políticas públicas, entre muitas outras, vítimas das elevadas cativações sem precedente.

Nem se importam que o défice estrutural não cumpra as exigências europeias ou que o rácio da dívida se mantenha tão perigosamente elevado, expondo o País a perigos e vulnerabilidades maiores do que seria admissível. Soa, por isso, a oportunismo a declaração hoje de António Costa que não resisto a citar: «se queremos investir mais na qualidade da educação, na qualidade do sistema de saúde e nos serviços públicos não podemos consumir todos os recursos disponíveis com quem trabalha no Estado». Que grande verdade, não fosse esta afirmação representar exatamente o contrário do que tem sido a sua prática à frente deste Governo.

Para terminar, importa deixar claro que realmente o Governo tem tratado esta matéria do descongelamento de carreiras com a maior demagogia e populismo. Agora que parece estar aberto a rever, a pretexto das negociações com os sindicatos dos professores, a contagem de tempo para efeitos de progressões de carreira importa também que faça, por uma vez, uma discussão séria. Mas é incapaz de assumir a realidade objetiva: esta não é uma questão de estar a favor ou contra as pretensões dos professores. Esta é uma questão de toda a Administração Pública, incluindo todas as carreiras especiais.

Não se pode (não se deve) confinar a discussão a uma carreira em particular. Não se podia, dizia o ministro da Saúde, sustentar um gasto adicional de 46 milhões de euros para assegurar as pretensões dos enfermeiros, mas talvez se possa suportar uma parte dos 650 milhões de euros que custaria, segundo cálculos do Governo, a contagem de tempo nas carreiras dos professores. Eis o que dá transformar, como o tem feito repetidamente o Partido Socialista, o exercício de governo num “mercado político” (expressão é de Norberto Bobbio) em que cada grupo social é transformado num potencial cliente a quem o Governo oferece alguma coisa e em que cada grupo se pode rever ou identificar como potencial beneficiário, dependendo da sua relevância eleitoral relativa e independentemente das considerações sobre o interesse geral ou o destino comum dos Portugueses como um todo.

Pergunta-se agora: e quanto custará a medida alargada, como seria coerente, a toda a Administração Pública, quer em termos de despesa permanente em salários quer futuramente em pensões? O Governo está disponível para nos apresentar os cálculos? E ainda para arbitrar a sua comportabilidade orçamental? Ou não precisa de nos dar qualquer satisfação, por acreditar que lá acabará por encontrar uma saída negociada para a situação junto dos parceiros que escolheu para governar? Como dizia António Costa, agora aqui o jornalista, propôs há algum tempo o Primeiro-Ministro que as decisões futuras sobre grandes investimentos públicos pudessem ser alcançadas na Assembleia da República por uma maioria qualificada de 2/3. Mas quando se trata de potenciais “clientes políticos” cuja negociação possa implicar milhares de milhões de euros em despesa permanente e défice estrutural, o Governo parece ser novamente autossuficiente no seio da sua geringonça. Os esporádicos apelos à responsabilidade do PSD feitos por deputados do PS não passam de pura hipocrisia.

Já era tempo de o Governo assumir as suas próprias responsabilidades e deixar de lado a imoralidade política que consistiria em encontrar uma solução agora para que fossem os próximos governos e os Portugueses a pagar no futuro.

(\*) Presidente do PSD

**CONVOCATÓRIAS DO PSD**

**Recepção**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



**AMADORA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Amadora, para reunir no próximo dia 28 de Novembro de 2017 (terça-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Av. 11 de Setembro, com a seguinte

Ordem de Trabalho

1. Análise da situação política

**ARGANIL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Arganil, para reunir no próximo dia 26 de Novembro de 2017 (domingo), pelas 15h30, no Salão da Comissão de Melhoramentos, sito em Maladão, com a seguinte

Ordem de Trabalho

1. Informações
2. Análise Eleições Autárquicas 2017 – Análise e discussão dos resultados eleitorais

3. Análise da situação política

**CANTANHEDE  
ALTERAÇÃO DE DATA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cantanhede, para reunir no próximo dia 11 de Dezembro de 2017 (segunda-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Praça Marquês de Marialva, Cento Comercial Rossio, 2º andar, sala 11 - Cantanhede, com a seguinte Ordem de Trabalho

1. Informações
2. Análise Eleições Autárquicas
3. Análise da situação política
4. Outros Assuntos

**MONTEMOR-O-NOVO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Montemor-o-Novo, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 27 de Dezembro de 2017, (quarta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Horácio Macedo, nº 28, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleições dos órgãos da Secção

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
2. Eleição da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 21h00 às 23h00

**OLIVEIRA DE AZEMEIS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Oliveira de Azeméis, para reunir no próximo dia 13 de Janeiro de 2018, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Rua Soares de Basto, 150

- A, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
2. Eleição da Comissão Política de Secção

**Notas**

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

**PAREDES DE COURA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Paredes de Coura, para reunir no próximo dia 13 de Janeiro de 2018, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Rua dos Emigrantes, União de Freguesias Paredes de Coura-Resende, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

**Notas**

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As listas devem ser entregues na Casa do Xisto, Lugar da Boalhosa, Insalde – Paredes de Coura

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

**SOBRAL DE MONTE AGRAÇO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Sobral de Monte Agraço, para reunir no próximo dia 13 de Janeiro de 2018, (sábado) pelas 21h00, na sede, sita no Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral, 9 – 1º Dtº, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
2. Eleição da Comissão Política de Secção

**Acompanhe-nos  
no dia-a-dia...**



**Conferências de Imprensa,  
Transmissões em direto,  
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,  
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade  
do PSD**



**Noticiário semanal todas  
as sextas-feiras**

**Notas**

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral  
 - As urnas estão abertas das 21h00 às 23h00

**QUARTEIRA / NÚCLEO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Quarteira para reunir no próximo dia 30 de Novembro de 2017 (Quinta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua D. João V, CC Miravila, Lj. 4, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1. Balanço do ano de 2017;
2. Análise da situação político-partidária;
3. Outros assuntos.

**SINTRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Sintra, para reunir no próximo dia 30 de Novembro de 2017 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Mário Costa Ferreira Lima, nº 3 – Portela de Sintra, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1. Apresentação, discussão e votação da proposta de orçamento para o ano de 2018
2. Análise da situação político concelhia pós-eleições autárquicas de Outubro de 2017

**VIZELA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Vizela para reunir no próximo dia 01 de Dezembro de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua Joaquim Pinto, nº 130-B. com a seguinte

Ordem de trabalhos

1. Informações
2. Análise dos resultados eleitorais – autárquicas 2017
3. Análise da situação política local e nacional
4. Outros assuntos



**DISTRITAL DE LEIRIA  
 APLICAÇÃO DO MÉTODO D'HONDT**

Concelhias com Mandato	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	não	sim	sim	sim	sim	sim	não	TOTAL
CONCELHIAS	Pombal	Caldas Rainha	Porto Mós	Leiria	Alvaiázere	Ansião	Alcobaça	Pedrogão Grande	Batalha	Figueiró Vinhos	Bombarral	Marinha Grande	Peniche	Nazaré	Castanheira de Pera	Óbidos	
Militantes Maiores por Concelhia	271	263	64	138	87	83	63	34	30	22	27	16	18	17	16	9	1158
Militantes Menores por Concelhia	106	20	85	2	22	18	4	0	0	6	0	6	3	1	0	0	273
Total Militantes por Concelhia	377	283	149	140	109	101	67	34	30	28	27	22	21	18	16	9	1431
Delegado por concelhia com +15	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	15
Presidentes de Concelhia	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	14

CONCELHIAS	Pombal	Caldas Rainha	Porto Mós	Leiria	Alvaiázere	Ansião	Alcobaça	Pedrogão Grande	Batalha	Figueiró Vinhos	Bombarral	Marinha Grande	Peniche	Nazaré	Castanheira de Pera	Óbidos	TOTAL
Total Militantes por Concelhia	377	283	149	140	109	101	67	34	30	28	27	22	21	18	16	9	1431
Delegados a eleger por Concelhia	19	15	8	8	6	6	4	2	2	2	2	2	2	1	1	0	80
Presidentes de Concelhia	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	14
																	94

**ERRATA**

**IV CONGRESSO DISTRITAL DA JSD DE LEIRIA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, e do Regulamento do IV Congresso Distrital da JSD Leiria, aprovado no Conselho Distrital a 3 de Novembro de 2017, dá-se o cumprimento ao estabelecido e convoca-se o Congresso Distrital de Leiria da JSD, com a ordem de trabalhos e normas eleitorais constantes no referido regulamento, a decorrer no dia 16 de Dezembro de 2017, no Auditório da Escola Profissional de Pedrógão Grande (ETPZP), sita na Avenida 25 de Abril, n.º 10, em Pedrógão Grande.

**Notas:**

As listas candidatas aos sufrágios e respetiva documentação deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem estatutariamente a substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (13 de Dezembro), na Sede Distrital do PSD/Leiria, sita na Av. José Jardim, n.º 32, em Leiria, que para o efeito se encontrará aberta. Toda a documentação deverá respeitar as normas estatutárias e regulamentos da JSD. O acto eleitoral terá a duração de uma hora, pelo que as urnas estarão abertas entre as 16h30m e as 17h30.

**CASCAIS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Cascais, para reunir no próximo dia 22 de Dezembro de 2017 (sexta-feira), pelas 18 horas, na

Sede do PSD Cascais, Largo da Estação, n.º 4, 1º, 2750-340 Cascais com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleição da Mesa de Plenário de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

**Notas:**

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou a quem o substitua, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

O ato eleitoral irá decorrer entre as 18h00 e as 00h00.

**CALDAS DA RAINHA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Caldas da Rainha, para reunir no próximo dia 23 de Dezembro de 2017 (sábado), pelas 18 horas, na Sede do PSD de Caldas da Rainha, sita na Praça 5 de Outubro, numero 18 R/C DRT, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Aprovação do núcleo residencial JSD de Alvorninha.

**NÚCLEO LITORAL DO PORTO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo Litoral do Porto para reunir em Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 23 de Dezembro de 2017, pelas 21:00, na Sede Distrital do PSD Porto, sita na Guerra Junqueiro, 64, Porto com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário do núcleo Litoral do Porto

**Nota:**

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da Concelhia ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede da Distrital do PSD Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro Porto, 64, Porto, respeitando as normas dos estatutos nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD.

As urnas estarão abertas entre as 21:00 e as 23:00.

**SARDOAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Sardoal, para reunir no dia 23 de Dezembro de 2017 pelas 17h na sede do PSD Sardoal, sita na Rua Bivar Salgado, nº 38, 2230-123 Sardoal, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD do Sardoal.

**Notas:**

O acto eleitoral decorrerá entre as 17h e as 19h. As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Sardoal ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede do PSD de Sardoal, sita na Rua Bivar Salgado, nº 38, 2230-123 Sardoal, até as 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.